

# A ARBITRARIEDADE QUE NÃO SE ENCONTRA\*

Fábio Luiz Lopes da Silva\*\*

**T**rata-se, para Saussure, de estabelecer o objeto da Lingüística, tarefa que à primeira vista parece não impor maiores dificuldades: “Alguém pronuncia a palavra *nu*: um observador superficial será tentado a ver nela um objeto lingüístico concreto.”

Na verdade, essa suposta concretude do fato lingüístico esconde uma espessura palpitante, feita de complexidade e heterogeneidade:

um exame mais atento, porém, nos levará a encontrar no caso, uma após outra, três ou quatro coisas perfeitamente diferentes, conforme a maneira pela qual consideramos a palavra: como som, como expressão duma idéia, como correspondente do latim *nudum* etc.

Além do mais, seja qual for a [maneira] que se adote, o fenômeno lingüístico apresenta perpetuamente duas faces [as dicotomias]

\* Este trabalho retoma e procura esclarecer certos aspectos de um outro ensaio meu, a ser publicado na série *Documentos*, do Instituto de Estudos Avançados da USP. Os erros são obviamente de minha inteira responsabilidade, mas os eventuais acertos devem ser em larga medida creditados às observações feitas pelo colega Bruno Dallari quando, em apresentação oral, expus minhas idéias no Encontro de Epistemologia da Lingüística, realizado em agosto de 2000 no mesmo IEA-USP.

\*\* Universidade Federal de Santa Catarina.

que se correspondem e das quais uma não vale a pena sem a outra.<sup>1</sup>

Aposta de Saussure: esse carnaval da linguagem deixa-se organizar por uma lei, e é, pois, possível encontrar em meio a tanta dispersão “uma ordem natural”. Surge então o *abre-te sésamo*, a palavra que, enfim, abrirá as portas para os segredos e os tesouros da linguagem: “É preciso colocar-se primeiramente no terreno da *língua* e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem.”

“Mas o que é a língua?”, pergunta-se imediatamente Saussure. E o que se segue no texto tem toda a aparência de uma resposta clara e acabada: “É, ao mesmo tempo um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.”<sup>2</sup>

Ora, os capítulos subsequentes do livro tratarão de fazer cair as ilusões de que a língua se dá a conhecer assim tão facilmente. Mais ainda: não estaríamos exagerando se disséssemos que a função mais própria do *Curso* é, afinal, lapidar, modificar e, no limite, transfigurar essa definição inicial de língua.

De nossa parte, vamo-nos ater a um certo aspecto da busca empreendida por Saussure: o famoso princípio de arbitrariedade, sobre o qual o mestre genebrino dirá mais adiante que “domina toda a lingüística da língua”.<sup>3</sup>

Pois bem: a referência aberta à arbitrariedade, a despeito da importância do tema, custará um pouco a materializar-se no texto saussuriano. Está, em todo caso, ausente no momento em que, como vimos, a língua faz a sua primeira aparição. Contudo, há nestas palavras iniciais de Saussure qualquer coisa que parece antecipar-lhe a chegada. Sim, pois o objeto da lingüística é desde logo assimilado a um “conjunto de *convenções*”.

Alusão ao tema da arbitrariedade? Pode ser. Acrescentemos, porém, que aí se trata a rigor de uma espécie muito estranha de convenção, dita “necessária”. Ora, o convencional não é normalmente a própria encarnação da contingência, isto é, daquilo mesmo que se opõe à ordem da necessidade? Não é, portanto, à-toa que o texto saussuriano torna-se tão confuso e claudicante quando em

1 SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 15.

2 *Ibid.*, p. 17.

3 *Ibid.*, p. 82.

seguida se debruça sobre a questão de saber se a “faculdade que comanda os signos” é natural ou não.<sup>4</sup>

Em todo caso, o fato é que, ao ser mais tarde invocada pela primeira vez, a arbitrariedade não remeterá diretamente à convencionalidade:

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala. [...]; queremos dizer [com ela] que o significante é *imotivado* em relação ao significado, com o qual não mantém nenhum laço natural na realidade.<sup>5</sup>

Vemos que a arbitrariedade é estabelecida como uma relação *interna* ao signo: relação de um significante com um significado. Ora, a convencionalidade, por seu lado, diz respeito a um vínculo de outra natureza, que articula um conjunto de elementos – signos, por exemplo – a uma instância *exterior* de sanção (hábitos sociais, acordos explícitos etc.). É bem verdade que um nexos entre os dois conceitos é a esta altura indicado. No entanto, Saussure não deixa dúvidas de que já não podemos mais confundi-los:

Com efeito, todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa num hábito coletivo, ou o que vem dar na mesma, numa convenção. Os signos de cortesia, por exemplo, dotados de certa expressividade natural, [...] não está menos fixados por uma regra. Pode-se pois dizer que os signos inteiramente arbitrários realizam melhor do que os outros o ideal do procedimento semiológico.<sup>6</sup>

Cerca de cinquenta páginas adiante, no extraordinário capítulo sobre o valor lingüístico, Saussure vai retornar ao tema da arbitrariedade do signo e de sua relação com o hábito coletivo. Para tanto, recorrerá, por exemplo, a duas célebres metáforas: a das massas amorfas e a da folha de papel.

4 SAUSSURE, op. cit., p. 17-18.

5 Ibid., p. 83.

6 Ibid., p. 82.

Em ambos os casos, a sua questão é caracterizar o sistema lingüístico a partir de uma abordagem que diz inevitavelmente respeito a aspectos ontogenéticos. A *langue* é então referida a uma série de operações de corte cujos elementos distintivos podem ser inicialmente descritos da seguinte maneira:

1. de um lado, os seus dois campos de incidência (os “sons” e o “pensamento”) são de saída marcados, ambos, pela indistinção;
2. de outro, a operação que alcança um campo é sempre co-extensiva ao outro campo.

O resultado é a organização do que antes era amorfo. Ressaltemos ainda que os princípios dessa organização são tais que, diante deles, só resta admitir a homologia estrutural e o caráter estritamente paritário das ordens do significante e do significado.

Mas não são só essas as lições derivadas do recurso às metáforas. Adicionalmente, o texto saussuriano deixa claro que nenhuma racionalidade dirige as operações que segmentam as massas amorfas ou as duas faces brancas da folha de papel.

Tudo se passa, assim, como se, a exemplo do que acontece com o mercado na perspectiva liberal, uma mão invisível dirigisse a ontogênese da *langue*. Não obstante, ao contrário daquela postulada por Adam Smith, a mão invisível saussuriana não vê o que faz. É, por assim dizer, invisível e *cega* (entendamos: com essas considerações, não queremos obviamente concluir que, para cada indivíduo, o corte se dá de uma maneira. Talvez o melhor fosse dizer que a mão é cega no sentido de que age como um operário em uma linha de montagem: ela repete, em cada indivíduo, o *mesmo* gesto cego).

Cega, sim – ou, se quisermos utilizar um termo já mencionado, *imotivada* em suas ações. Daí, talvez, o fato de Saussure assegurar que a referência às metáforas “ajude a compreender melhor o que [antes] foi dito acerca da arbitrariedade do signo”. O problema, no entanto, é que essa retomada do conceito de imotivação só se faz ao preço de um deslocamento de seu conteúdo. Afinal, o termo já não pode mais qualificar apenas a pura relação entre um significante e um significado. Na verdade, as metáforas saussurianas falam de uma imotivação que, se existe no interior do signo, advém, todavia, do seu exterior: “Não só os dois domínios [sons e pensamentos] são confusos e amorfos como *a escolha* que decide por tal porção acústica para tal idéia é perfeitamente arbitrária.”<sup>7</sup>

7 SAUSSURE, op. cit., p. 132.

Diferença sutil mas fundamental: agora a arbitrariedade qualifica primeiramente a *escolha* do signo, e não mais o signo propriamente dito. Ora, tentaremos indicar a seguir que esse deslocamento não é possível sem que uma certa ambigüidade estenda seus efeitos sobre o texto saussuriano.

## II.

A propósito das metáforas das massas amorfas e da folha de papel, falávamos há pouco do trabalho de uma *mão invisível*. Mas é preciso que fique claro: a expressão neste caso é nossa, e não de Saussure. Ora, quisemos com ela apreender o fato de que o lugar da transcendência é insinuado mas não propriamente preenchido nas duas figurações da teoria. Nosso raciocínio foi o seguinte: se cortes há, é porque uma força exterior o realiza – mas a verdade é que, em ambas as metáforas, não há absolutamente nenhum elemento que responda pelo lugar dessa transcendência.

É bem fácil supormos, em todo caso, que essa ausência não é, a rigor, um fato significativo. Isto porque, em muitos outros lugares, a substância dessa força exterior é revelada sem delongas: trata-se do hábito coletivo, não é mesmo? De resto, uma outra metáfora, posta bem ao lado das duas que já mencionamos, cuidaria de completar o trabalho que as suas vizinhas deixaram pela metade: “Imaginemos o ar em contato com uma capa de água: se muda a pressão atmosférica, a superfície da água se decompõe em uma série de divisões, vale dizer, de vagas; são essas ondulações que darão uma idéia da união, por assim dizer, do acoplamento pensamento com a matéria fônica.”<sup>8</sup>

Lá onde as outras silenciam, a metáfora da capa de água faz resplandecer a referência inequívoca à pressão atmosférica.

Três metáforas – e, em todas elas, salvo pequenas variações, uma mesma estrutura cênica se repetiria: explícita ou implícita, uma *força transcendente* operaria sobre a língua; haveria, assim, uma cadeia de *causas e efeitos* que se desdobraria no *tempo*.

Coisa muito diferente ocorre, entretanto, no seio de uma quarta metáfora, ainda não mencionada: “A língua é, por assim dizer, uma álgebra em que só existem termos complexos”. Nada de transcendência, nada de tempo: a língua simplesmente é.

8 SAUSSURE, op. cit., p. 132.

Pois bem: como proceder diante dessa especificidade da metáfora da álgebra? Caberia tomá-la como uma imagem cuja função é representar um aspecto igualmente específico da língua?

De nossa parte, preferimos tentar explicar essa dissonância de outro modo. Ora, duas hipóteses preliminares podem ajudar a tornar clara a nossa posição:

1. Haveria, no jogo das metáforas saussurianas, uma ambigüidade quanto ao lugar atribuído à transcendência: de um lado, esse lugar é afirmado, como acontece na metáfora da capa de água; de outro lado, esse mesmo lugar estaria, no entanto, completamente esvaziado, até o ponto de desaparecer de todo, como no caso da metáfora da álgebra. Essa polarização, aliás, nos obrigaria a rever o estatuto das metáforas da folha de papel e das massas amorfas: já não seria mais o caso de alojá-las, sem mais, em uma série parafrástica que se completaria com a metáfora da capa de água. Em compensação, elas passariam a ocupar algum ponto intermediário entre os dois pólos, uma vez que simultaneamente afirmam e ocultam o lugar da transcendência.
2. Essa ambigüidade diz respeito ao fato de que, para Saussure, a transcendência não é só a instância em que a ontogênese da língua se decide. Ela é sobretudo o espaço habitado pelo tema ao mesmo tempo *necessário e inadmissível* da filogênese da língua. Se não, vejamos.

Pelo menos *ao que parece*, cumpre-nos invocar a origem da língua sob pena de a teoria do valor não fazer sentido. Não basta, enfim, que significantes e significados não estejam ligados por um vínculo de necessidade. Para que “os valores continuem sendo inteiramente relativos”, *aparentemente* é preciso que não haja relação de necessidade entre o signo e *qualquer elemento do micro ou do macrocosmo*. Ora, de que outro modo garantir essa idéia a não ser invocando, como vimos, a imotivação na escolha do signo? De resto, o que é invocar essa escolha senão escorregar para o interior de uma série que leva diretamente *ao tempo anterior à língua*? E, no entanto, não existe para Saussure tema mais melindroso, tanto que ele chega mesmo a dizer com todas as letras que “a origem da linguagem não é um tema a ser proposto”<sup>9</sup> Pois bem: tratar-se-ia de trazer à baila um tema que simplesmente não pode ser considerado. Como, então, esperar que Saussure pudesse não ser ambíguo?

9 SAUSSURE, op. cit., p. 86.

### III.

Antes de enunciar as duas hipóteses acima arroladas, fizemos questão de salientar-lhes o caráter preliminar. Ademais, o leitor não pode ter deixado de notar que, em muitos momentos, tiramos o peso dessas nossas suposições acrescentando-lhes modalizadores do tipo “aparentemente” ou “ao que parece”. Ora, qual o motivo de tantas precauções?

É que, na verdade, a ambigüidade de que falam nossas hipóteses só se coloca se uma outra ambigüidade, ainda mais fundamental, for previamente resolvida *de uma certa maneira* pelo leitor do *Curso*.

De fato, temos agido até agora como se a língua, seus elementos e princípios de organização fossem  *fatos*, cabendo ao lingüista encontrar o ângulo capaz de apreendê-lo. Mas a verdade é que Saussure nem sempre endossa essa visão de que o que ele procura se encontra inteiro nisso que chamamos o real. Em particular, há uma passagem do *Curso*, muito citada mas talvez não inteiramente compreendida, em que a factividade da língua estremece de ponta a ponta: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que *cria* o objeto.”<sup>10</sup>

O verdadeiro dilema saussuriano não é decidir o que fazer da filogênese, mas estabelecer o estatuto da língua: fato ou criação do lingüista?

Que tal se experimentássemos seguir essa segunda possibilidade de leitura até alcançar as suas terminações mais radicais?

### IV.

O que é, para Saussure, a ciência? Pergunta certamente difícil mas de cuja resposta depende a exploração da vertente da língua como criação. Isto porque, como ficará claro, a criação de que aqui se fala não é outra senão aquela derivada da prática dita *científica*. Recitar a compreensão saussuriana de ciência é, nesse sentido, encontrar as leis que, segundo ele, regulam o que pode e o que não pode ser dito no interior do campo definido pelo método.

Uma pista: parece que, para Saussure, ciência é de saída o espaço do comprovável – e mais exatamente do comprovável como aquilo que, desde logo, se opõe ao que só pode ser imaginado: “O ato pelo qual, em dado momento, os nomes teriam sido dados às coisas, pelo qual um contrato teria sido estabeleci-

10 SAUSSURE, op. cit., p. 15.

do entre os conceitos e imagens acústicas – esse ato podemos *imaginá-lo*, mas jamais foi ele *comprovado*.”<sup>11</sup>

Apenas imaginável, em todo caso, seria precisamente a origem da linguagem, esse “ato pelo qual, em dado momento, os nomes teriam sido dados às coisas”. A rigor, o tema está fora do campo da ciência – e parece ser bem essa razão para que, como vimos há pouco, Saussure fosse, afinal, tão ambíguo ao invocar a transcendência no capítulo sobre o valor.

Notemos, ademais, que, ao inscrever o tema da origem no campo do imaginável, Saussure usa nos verbos apenas as flexões do presente e do passado: “*podemos* imaginá-lo, mas *jamais foi* ele comprovado”. Como se, a rigor, ele quisesse salientar o fato de que a exclusão do tema da origem é efeito de uma lamentável contingência: a indisponibilidade atual dos dados capazes de esclarecê-lo.

Contudo, será mesmo que o fiel da balança é aí, em primeiríssimo lugar, a *empíria*?

Seja como for, Saussure não demora a fazer incidir também *sobre o futuro* a impossibilidade de a origem da linguagem ser cientificamente tratada: “[...] a questão da origem da linguagem não tem a importância que se lhe atribui. Tampouco se trata de uma questão *a ser proposta*.”<sup>12</sup>

Se a questão é mesmo proscrita por conta da indisponibilidade dos dados, o fato é que essa circunstância pode prolongar-se indefinidamente, e talvez para sempre.

Há, no entanto, pelo menos uma passagem do texto em que algo muito mais radical se anuncia: “De fato, nenhuma sociedade conhece *nem conheceu jamais* a língua de outro modo que não fosse como um produto herdado de gerações anteriores e que cumpre receber como tal.”<sup>13</sup>

Nenhuma arqueologia poderia salvar-nos – e isso não porque os dados estão longe demais para serem resgatados mas porque o caráter incognoscível da origem está desde sempre posto: ninguém a conheceu jamais.

Carência de dados objetivos? Nada disso. Parece que agora a impossibilidade diz respeito a razões muito mais profundas – estruturais, a rigor.

Saussure: o homem que ousou reconhecer a matriz teológica e inalienavelmente mítica do tema da origem da linguagem?

Se for mesmo esse o caso, fica explicada, e sem qualquer apelo envergonhado à filogênese, a natureza objeto saussuriano. Por razões *epistemológicas*, excluímos o tema da origem da linguagem; ato contínuo, exclui-se a própria idéia

11 SAUSSURE, op. cit., p. 85-86.

12 Ibid., p. 86.

13 Id.



de uma determinação exterior do signo, pois considerá-la é já começar a contar uma história que só termina de fato com um mito de origem da linguagem. Ora, o que resta, depois dessas exclusões todas, senão reconhecer o objeto da lingüística como algo que, para permanecer no puro campo da cientificidade, deve ser necessariamente sincrônico e sistêmico?

Nesse sentido, não valeria a pena procurar o suporte empírico para a arbitrariedade do signo. Não se trataria de um princípio que os dados possam confirmar mas de um limite que se impõe ao discurso científico por sua oposição ao discurso mítico e ao teológico. Definição de arbitrariedade (mesmo que ela nunca se encontre formulada assim no texto saussuriano): qualidade daquilo cuja origem e, portanto, cuja trajetória diacrônica só podem ser miticamente contadas. Não vemos outro modo de honrar a famosa passagem em que Saussure assegura que “Arbitrário e diferencial são qualidades correlativas”.<sup>14</sup>

## RESUMO

Neste artigo, trata-se de deslocar as interpretações habituais acerca do que seja a arbitrariedade no sentido saussuriano do termo. Nosso argumento é de molde a mostrar que, menos do que um conceito de algum modo derivado da observação dos dados lingüísticos, a arbitrariedade é uma noção correlativa a uma certa imposição epistemológica, a saber, a exclusão radical do tema da origem da linguagem.

*Palavras-chave: Arbitrariedade, valor lingüístico, origem da linguagem.*

14 SAUSSURE, op. cit., p. 137.

## ABSTRACT

In this essay, I reexamine the current interpretations of Saussurean arbitrariness of sign. The main claim is that arbitrariness is a concept entailed by the epistemological impossibility of dealing with the origins of language.

*Key-words: Arbitrariness, linguistic value, origins of language.*

## REFERÊNCIA

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1973.